



Boletim Cultural Digital

O Marambiré

Arte – Cultura – Folclore – História – Literatura – Meio Ambiente



ANO I – NÚMERO 12 • 10 DE DEZEMBRO DE 2011 • EDITOR: LUIZ ISMAELINO VALENTE • E-MAIL: ISMAELINO@TERRA.COM.BR

O primeiro aniversário de lançamento do boletim cultural digital



Lançado, em 10 janeiro de 2011, como “um veículo de divulgação de notícias, em geral, e, em particular, das idéias e opiniões do seu editor sobre temas de interesse público, com enfoque especial sobre a arte, a cultura, o folclore, a história, a literatura e o meio ambiente de Alenquer, sua cidade natal”, o boletim cultural digital **O Marambiré** completa agora a sua 12ª edição ininterrupta, ou seja, um ano de publicação regular. Nesse espaço de tempo, tornou-se um dos campeões de acesso no portal eletrônico www.omarambire.com.br. O sucesso do boletim decorre da acolhida que tem merecido dos seus leitores. Tal receptividade é um poderoso estímulo à continuidade desta publicação que ambiciona tornar-se, em breve tempo, uma boa e confiável fonte de consulta sobre o passado, o presente e o futuro de Alenquer. *Ita est.*

O Centro Comercial dos Monteiro Nunes – Um “eldorado” no Paranámiri

Durou exatos 115 anos o império comercial criado pelos irmãos Manoel Monteiro Nunes e João Monteiro Nunes, portugueses que se estabeleceram, por volta de 1850, com a firma *Monteiro Nunes & Cia.*, numa extensa área de terras no distrito do Paranámiri, então pertencente ao município de Alenquer, num braço do rio Amazonas situado entre esse município e o vizinho município de Óbidos, que ficou conhecido como “igarapé dos Monteiro”.

A esse empreendimento os irmãos lusitanos deram o nome de *Comercial Amazônia*, mais conhecido como *Centro Comercial*, onde uma bela casa colonial para a morada da família foi construída, assim como o armazém propriamente dito, o escritório, a padaria, a ferraria, o trapiche e o galpão com capacidade para armazenar mais de 5.000 hectolitros de castanha e outros produtos regionais.

O comércio dos irmãos Monteiro Nunes, inicialmente centrado na exportação de castanha-do-pará e do cacau, floresceu e se diversificou

ao longo do tempo. Além do mercado local, os irmãos Monteiro Nunes passaram a negociar com os principais centros importadores e exportadores da Amazônia, Belém e Manaus. Navios a vapor, como o *Barão de Cameté*, o *Ajuricaba*, o *Aquidabã*, o *Sobral Santos* e o *Aliança*, aportavam diretamente no Paranámiri, muitas vezes passando ao largo do trapiche de Alenquer, para embarcar castanha-do-pará, cacau, fibra de juta, peixe salgado, lenha e outros produtos regionais.

Os mesmos navios traziam para O *Centro Comercial* produtos dos mais diversos, muitos dos quais até então por ali jamais sonhados, como os *cortes* de fazenda nobre (tecidos), calçados, açúcar, café, farinha de trigo, azeite de oliva, queijos finos, uvas, maçãs e até o vinho do Porto, vindos de Portugal, cujas garrafas eram atadas a cordas e mantidas submersas sob a amena temperatura das águas do rio Amazonas no trapiche do *Centro Comercial*. (E ninguém tinha a ousadia de tocar nessas garrafas de vinho sem a devida anuência dos titulares da



Em frente ao armazém da empresa no Paranámiri, Antonico Monteiro Nunes posa com sua filha e sócia Celma Nunes de Moura, Favilla Gentil e Coaracy Nunes (Foto cedida por Carícia Silva Vallinoto).

firma; eram, de fato, bons tempos aqueles!)

Para o transporte de gêneros e passageiros, a empresa dispunha de várias embarcações próprias, dentre as quais tornaram-se famosos a lancha-vapor *Marilita* e o batelão *Antonico*.

A população nativa, que já existia na localidade ao tempo em que João e Manoel Monteiro Nunes chegaram ao Paranámiri, pouco a pouco foi se agregando em torno do *Centro*



O bonito casarão dos Monteiro Nunes no Paranámiri (Foto: acervo da família Silva Nunes).

Comercial, do qual quase todos tornaram-se dependentes, seja como empregados ou *aviados*, principalmente para a *coleta* da castanha e para a cultura da juta, seja como simples fregueses.

O *Centro Comercial* do Paranámiri foi o primeiro estabelecimento da região a empregar a mão de obra feminina no processo de beneficiamento da castanha.

Com o *Centro Comercial*, o Paranámiri tornou-se um dos mais prósperos distritos de Alenquer, com uma economia praticamente independente da sede da cidade. Por um determinado período, no auge da prosperidade, chegou a ter a sua própria moeda de troca, cunhada em metal pelo ferreiro Francisco Adelson da Paixão, largamente aceita e utilizada em todo o Paranámiri e adjacências.

No apogeu do *Centro Comercial*, a firma empregou mais de 300 *castanheiros* na atividade extrativista, principalmente no castanhal Ipixuna, no rio Curuá. Para manter os trabalhadores, atender à população nativa e abastecer os navios que lá atracavam periodicamente, um rebanho bovino de mais de 3.000 cabeças, em média, era mantido pela firma no Paranámiri.

O esplendor do *Centro Comercial*, que, em Alenquer, só encontrava rival no fausto da *Fazenda Capintuba*, da família Malcher de Araújo, prolongou-se por mais de um século até ser extinta a firma.

Ainda no século XIX, Raimunda ("Mundica") Monteiro Nunes, uma

das filhas de Manoel Monteiro Nunes, casou-se com o português Alípio Fernandes da Silva, que se tornou, então, sócio da firma, cuja denominação foi alterada para *Silva e Nunes & Cia.*, e, depois, para *Fernandes Nunes & Cia.* O casamento de Mundica com Alípio deu origem ao ramo da família Silva, uma das mais importantes de Alenquer.

A sociedade comercial fortaleceu-se ainda mais alguns anos depois, quando Antônio ("Antonico") Monteiro Nunes, filho de João Monteiro Nunes e de Sancha Maria Corrêa, casou-se com a sua prima Carmem ("Carmita") da Silva Nunes, filha de Alípio Fernandes da Silva e de dona Mundica.

Antonico e Carmita tiveram os filhos Celma da Silva Nunes, Ivan da Silva Nunes, Ilva da Silva Nunes e Antônio da Silva Nunes, inaugurando a família Silva Nunes, também uma das mais importantes de Alenquer, imbricada com a dos Silva, com a qual Antonico tornaria a se unir mais uma vez. Ao dar à luz seu quarto filho, Antônio, Carmita morreu. Passado o período de luto, Antonico contraiu segunda núpcias com a cunhada Carolina ("Iaiá") Nunes da Silva, irmã mais nova de Carmita, com a qual teve os filhos Eliana Francisca da Silva Nunes e Eduardo da Silva Nunes (que morreu ainda criança).

Não se tem informações precisas de quando Manoel Monteiro Nunes faleceu ou se retirou da sociedade. Sabe-se que, com a morte de Alípio Fernandes da Silva, sua parte nos negócios passou a ser administrada por seu filho mais velho, Lauro Silva, que, pouco depois, também se retirou da firma para gerir seu próprio negócio e administrar os bens da família Silva, herdados por morte de Alípio. Lauro Silva viria a ter um fim trágico e lamentável: foi covardemente assassinado por um dos seus fregueses, após uma discussão sobre a dívida do criminoso para com a firma de Lauro.

Com a saída do sócio Lauro Silva, em 1953, a firma *Fernandes Nunes & Cia.* passou a ser tocada por Antonico Monteiro Nunes, que admitiu como sócios seus filhos mais velhos, Celma da Silva Nunes e Ivan da Silva Nunes. Falecendo Antonico Monteiro Nunes, em 1956, manteve-se a sociedade entre os dois irmãos Ivan e Celma e mais o marido desta, o carioca Augusto Renato de Moura, primo do general Luís Geolás de Moura Carvalho, que foi prefeito de Belém e governador do Pará.

Anos depois, nos primeiros anos da década de 1960, Ivan retirou-se também da sociedade, que permaneceu ativa com os dois sócios remanescentes, Celma e Augusto.

Por essa época, além da *débâcle* da produção da juta, recrudesceram os conflitos agrários, motivados pela *invasão* dos castanhais da empresa



O casarão dos Monteiro Nunes no Paranámiri, castigado pela enchente do Amazonas (Foto cedida por Carícia Silva Vallinoto).

situados na região do rio Curuá, como corolário da construção de uma estrada estadual que atravessava os ditos castanhais e da política de *reforma agrária* implementada pela Superintendência da Reforma Agrária, no governo de Aurélio do Carmo, nos anos que antecederam o golpe militar de 1964. Consequentemente, a produção da castanha, que constituía a atividade principal da empresa, foi drasticamente reduzida, até se tornar irrisória. Por esses motivos, Celma e Augusto Moura, que não tiveram descendentes, resolveram encerrar definitivamente a firma *Fernandes Nunes & Cia.* em 1965, assumindo, a partir daí, como pessoas físicas, a titulari-

dade dos bens societários, representados, na sua maior parte, por terras no Paranámiri e no Curuá. A essas alturas, o desmatamento efetuado ao longo dos anos para a cultura da juta às margens do igarapé dos Monteiro, agravado pelo fenômeno das *terras caídas*, já levava por água abaixo boa parte das instalações do *Centro Comercial*.

À extinção da firma *Fernandes Nunes & Cia.*, sobreviveu a comunidade do Paranámiri, que se desenvolvera à sombra do verdadeiro “eldorado” resultante do empreendedorismo dos irmãos Manoel e João Monteiro Nunes nos meados do século XIX. A população, trabalhadora e muito ciosa da sua história, construiu igreja, campo de fute-

bol, escola, casa de força e luz e outros equipamentos comunitários. Atualmente, o distrito do Paranámiri não mais pertence a Alenquer. O seu território passou para a jurisdição do município do Curuá, na esteira da emancipação deste, desmembrado de Alenquer por força da Lei estadual nº 5.924, de 28 de dezembro de 1995.

(Re)descobrimo F. G. de Amorim (XII): a importância da (re)descoberta

Amigos e leitores de Alenquer muitas vezes indagam ao editor do boletim: “Como é que um poeta tão famoso como Francisco Gomes de Amorim, que tanto se encantou com Alenquer a ponto de imortalizá-la na literatura mundial, foi ficar tão esquecido entre nós, a ponto de ninguém por aqui saber de quem se tratava até que veio o seu livro *O Curumu de Alenquer na obra de Francisco Gomes de Amorim* em 2010?”



O Professor Doutor Manuel Gomes da Torre ao proferir palestra sobre o centenário de falecimento de Francisco Gomes de Amorim, em Póvoa de Varzim. Na mesa oficial, de terno claro, o bisneto homônimo do escritor. (Foto: Boletim Cultural de Póvoa de Varzim, 1993).

A resposta do editor é sempre a mesma: “Trata-se de uma rematada injustiça da história.”

Fenômeno semelhante ocorreu até mesmo em Póvoa de Varzim, terra natal do poeta. Na abertura da sua magnífica conferência no Salão Nobre dos Paços dos Concelhos, em Póvoa de Varzim, em 3 de novembro de 1991, sobre o centenário da morte de Francisco Gomes de Amorim, o Professor Doutor da Universidade do Porto, Manuel Gomes da Torre, ele próprio um ilustre poveiro, assim mencionou: “A Póvoa de Varzim tem ligados a si alguns nomes que, no domínio das Letras, se alcançaram aos mais elevados planos da fama. Mas são poucos, infelizmente. Por essa razão, seria natural espe-

rar-se que os poveiros possuíssem alguns conhecimentos, porquanto sumários, acerca de tais nomes, mas não será calunioso afirmar-se que não é isso que acontece.

Se perguntássemos ao cidadão poveiro comum quem foi Francisco Gomes de Amorim, muito provavelmente não receberíamos qualquer resposta ou, a havê-la, ela seria imprecisa. Suponho poder acrescentar, sem grandes riscos de insultar os nossos concidadãos, que não precisaríamos de abordar um poveiro analfabeto ou de escolaridade rudimentar para que tal acontecesse; também o cidadão medianamente informado carece, estou convencido, de dados essenciais sobre o homem que, nascido em Aver-o-Mar a 13 de Agosto de 1827, morreu em Lisboa em 4 de Novembro de 1891.

O desconhecimento em relação a Gomes de Amorim – que se deve compreender mais do que aceitar – é, em termos poveiros, manifestamente injusto, pois o poeta poveiro atingiu merecida notoriedade nos meios literários da segunda metade do século passado, tanto pelo mérito relativo da sua própria obra como em virtude do seu convívio e do seu relacionamento com figuras que, nesse tempo, mais e melhor representavam a intelectualidade portuguesa. Poder-se-ia acrescentar que a sua espantosa biografia seria, por si só, razão suficiente para justificar um melhor conhecimento acerca dele. Por isto, deveriam os poveiros com responsabilidade na promoção e defesa das questões culturais na nossa terra – e não só os de agora; os do passado também – ter promovido iniciativas tendentes à sensibilização das nossas gentes para um melhor conhecimento dos seus antepassados ilustres.” (Separata do vol. XXX, nºs 1/2, de 1993, do *Boletim Cultural* de Póvoa de Varzim).

Póvoa de Varzim, contudo, redimiu-se soberbamente de eventual omissão. Em 2000, com o patrocínio da sua Câmara Municipal, editou-se a monumental biografia de Francisco Gomes de Amorim, assinada por José Rodrigo Carneiro da Costa Carvalho, também professor da Universidade do Porto. E não só isso. O *Boletim Cultural* de Póvoa de Varzim, assim como site da Biblioteca Municipal “Rocha Peixoto” na *internet*, trazem estudos e subsídios valiosíssimos sobre a vida e a obra do poeta de Aver-o-Mar.

Sem ter tido o privilégio de conhecer antes as ponderadas palavras de Manuel Gomes da Torre, o editor do boletim **O Marambiré**, como que inspirado por um espírito benfazejo, tal como ocorreu nas últimas décadas lá mesmo em Póvoa de Varzim, começou a executar, com o lançamento do seu livro *O Curumu de Alenquer na Obra de Francisco Gomes de Amorim* (Belém/PA: Editora Smith, 2010, 158 pgs.), um projeto de resgate, para os alenquerenses, da memória do poeta avelomarense que teve em Alenquer, ainda garoto, “a revelação da poesia”. A boa acolhida desse pequeno livro por conterrâneos do poeta, tem proporcionado ao autor alenquerense ampliar o seu banco de dados sobre Fran-

cisco Gomes de Amorim. Agora mesmo, no final de novembro de 2011, o professor Gomes da Torre brindou o editor do boletim com três raros e magníficos poemas de Francisco Gomes de Amorim, editados, respectivamente, nos anos de 1879, 1886 e 1890. “Nenhum destes textos – esclarece Gomes da Torre – tem que ver com o Brasil, mas diz-nos alguma coisa sobre a personalidade do autor.” De fato, quanto mais se conhece sobre Gomes de Amorim, maior se torna a admiração pela sua obra e singular exemplo de vida. Oxalá nunca mais volte a cair no esquecimento o nome do grande poeta, seja em sua terra natal, seja na “pequena povoaçãozinha” que ele guardou no seu coração de menino!

Do meu baú de guardados: “a diversidade das opiniões jurídicas”

“O atualíssimo Machado de Assis sempre imaginou curiosas técnicas para revelar as suas verdades. Situou, por exemplo, o seu personagem Brás Cubas no mundo dos mortos para narrar as suas *memórias póstumas* sobre o mundo dos vivos com o necessário distanciamento.

Em outras ocasiões, lançou mão da loucura para revelar as verdades aparentemente absurdas ou chocantes, como no célebre conto *O Alienista*, onde riscou a imperceptível linha divisória entre a razão e a demência, situando os homens de um ou de outro lado, indistintamente, conforme os pontos de vista.

Pois foi tangido pela loucura que um outro personagem seu, o Rubião, do romance *Quincas Borba*, declarou-se profundamente angustiado diante da “diversidade de opiniões jurídicas” sobre um mesmo assunto – ele que, a essa altura do imortal romance, impacientava-se com a possibilidade de arrecadar a herança deixada pelo infeliz criador da filosofia *humanitas*.

Com efeito, entre o início e o desfecho das causas forenses, o público, como Rubião, queda-se estupefato e perplexo diante dos entendimentos contraditórios sobre um mesmo e determinado tema jurídico.

E paguem os advogados por tais abundâncias de conceitos! Gente de nomeada na arte de escrever e de pensar, tem destrutado, sob esse aspecto, os operários do Direito e da Justiça – deslumbrados, os detratores, pela aparência díspar das interpretações legais, muitas vezes, é verdade, levadas ao paroxismo da contradição.

Comumente são os causídicos taxados de *chicanistas*, a ponto de alguém já ter escrito que o próprio Diabo, sentando-se por acaso entre dois advogados num auditório, achou prudente anunciar, para não se comprometer:

– “Atenção! A virtude está no meio!”

Por extensão, a própria Justiça sofre o inevitável abalo de crédito, graças ao apetite popular que se sacia com a simples casca do tema, cujo cerne nem sempre pode ser alcançado por quem não tem a necessária formação jurídica. Falo aqui não só dos leigos, mas, também, de jornalistas e outros doutores, inclusive bacharéis em direito com anel de rubi no dedo anular e canudo de papel emoldurado na parede.

Mas, *chicanas* à parte – porque “a patifaria não é inerente à profissão, mas sim aos homens” – não se pode negar que a duplicidade ou pluralidade de opiniões jurídicas sobre um mesmo objeto resulta não só da dialética inerente ao processo, como, ademais, da própria liberdade do pensamento, que é uma *clausula petrea* da Constituição.

Não só é legítima a oposição de idéias entre duas ou mais pessoas, como legítima é a mudança do entendimento de uma mesma pessoa, sobre um mesmo tema, em épocas e circunstâncias diferentes de sua vida, legitimidade esta decorrente da evolução e acúmulo de experiências (...) Mas Rubião, se ainda vivesse, ficaria decerto ainda mais angustiado ao constatar que, no Brasil de hoje, a *opinio doctorum* varia em todos os sentidos, ainda que diametralmente opostos, com eméritos defensores e argumentos irrefutáveis para todos os gostos.”

(Artigo do editor do boletim, publicado na *Revista do Tribunal de Justiça do Estado do Pará* – vol. 13, Ano 20, 1976, ps. 205/207. Integra o volume *Velas de Tempo*, também do editor, inédito).

